



Expediente
Relatório Anual 2016

Publicação Anual da Previp - Sociedade de Previdência Complementar, destinada a todos os participantes do Plano Previp.

Rod. SP 340 Km 171
Caixa Postal 10
CEP: 13.840-970
Mogi Guaçu - SP / Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação:
Nezz Design & Publicidade

Coordenação:
Rafael Varlese
Claudinei Oliveira
Rita Lucas



Mensagem da Diretoria

Página 3



Investimentos

Página 4



Política de Investimentos 2017

Página 10



Demonstrações Contábeis

Página 13



Notas Explicativas

Página 17



Pareceres

Página 38



Caro Participante,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório Anual da PrevIP 2016, com objetivo de transmitir a você um resumo dos resultados alcançados neste ano.

Por meio de uma administração prudente, confiável, consciente de suas responsabilidades sociais, a PrevIP ao longo do tempo se tornou uma ótima opção para você garantir o seu futuro.

Desta forma, compartilhamos o resultado de um trabalho realizado com comprometimento, responsabilidade e sempre em busca das melhores práticas de mercado, a fim de demonstrar que mesmo em um cenário econômico instável, como o que vivenciamos no ano de 2016, conseguimos alcançar nossos objetivos de preservar e rentabilizar seu patrimônio, minimizando os riscos do mercado financeiro.

Continuamos motivados no cumprimento de nossa missão e compromisso de longo prazo para você que possa planejar seu futuro com mais tranquilidade e qualidade de vida.

Boa leitura!



Cenário Econômico

O ano de 2016 foi marcado por fatos importantes que tiveram impactos direto na economia, principalmente no Brasil. A primeira olímpiada realizada no país, impeachment da presidente Dilma Rousseff, continuação das investigações da Lava-Jato, medidas para contenção de gastos, proposta para reforma da Previdência e a deterioração dos principais indicadores econômicos do Brasil. Novamente o cenário econômico foi de redução do nível de emprego e diminuição da atividade econômica, resultando na queda de 3,6% do PIB. O ponto positivo foi um arrefecimento da inflação, permitindo um início de queda da Taxa de Juros, encerrando o ano em 13,75%.

Nos Estados Unidos, o ano foi marcado pelo aumento da taxa de juros, pela eleição de Donald Trump e as dúvidas sobre a condução da principal economia do mundo. Após avançar 1,6% em 2016, há projeções de crescimento de 2,4% para a economia em 2017, pois o mercado de trabalho deve continuar pressionado, mantendo a taxa de desemprego próxima das mínimas históricas, a política expansionista também deve acelerar este crescimento, assim o FED deve continuar com a elevação da taxa de juros.

O Banco Central Europeu manteve os estímulos à economia por meio do programa de compra de ativos e mesmo com a saída em junho do Reino Unido do bloco, a região da Zona do Euro apresentou crescimento de 1,7% em 2016. Eventos políticos (França, Alemanha) podem trazer alguma instabilidade, mas a previsão ainda é de um crescimento moderado por volta de 1,5% em 2017.

A menor demanda mundial por produtos chineses diminuiu o crescimento da China para 6,7% em 2016, ficando dentro da meta projetada pelo governo. O governo quer estimular o mercado interno melhorando salários e poder de compra dos trabalhadores, essa é a aposta para continuar no mesmo patamar em 2017.

Apesar de dados econômicos sugerirem uma pequena recuperação da atividade, algumas discussões tornam-se essenciais para 2017, incertezas políticas devem atrasar as reformas trabalhista e da previdência, os fundamentos da economia brasileira são sólidos para responder a nova crise política, o Banco Central deve moderar o ritmo de corte da taxa de juros. Em função disso, o ano tende a ser de cautela e oportunidades em busca de resultados.

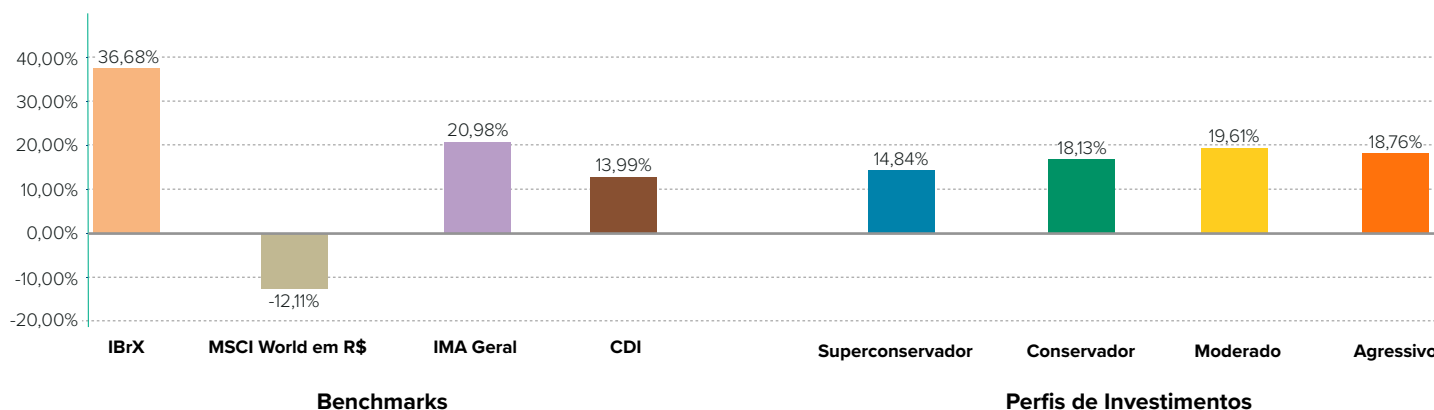


Rentabilidades

O ano de 2016 mostrou-se muito positivo para o segmento de renda fixa, principalmente para o benchmark IMA, que em função da expectativa de uma inflação muito menor no futuro, resultado de uma atividade econômica extremamente fraca e com uma política monetária dura, vem permitindo um movimento de queda de juros mais acentuado.

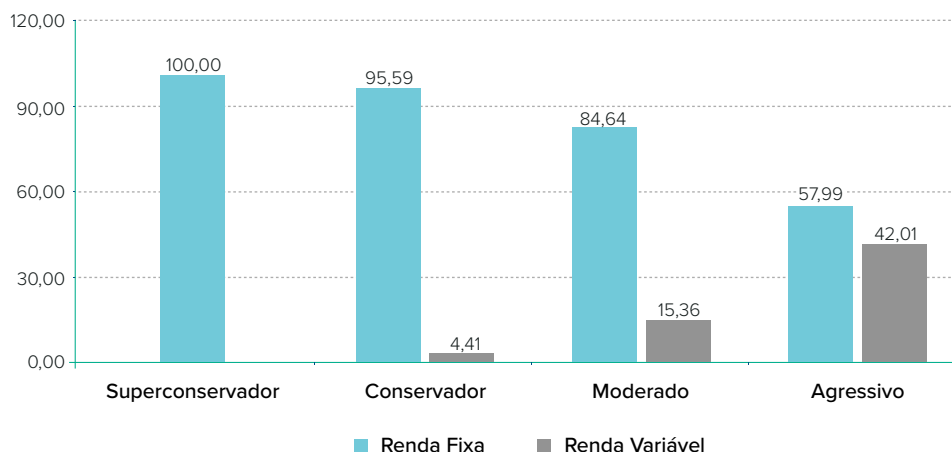
A renda variável mostrou uma forte recuperação e vários fatores contribuíram para essa recuperação, destacamos alguns: a evolução do cenário político, melhoria na governança das estatais e mudança do ponto de vista fiscal do Brasil, apreciação de algumas commodities (petróleo) e o fluxo de investidores para mercados emergentes em função do Brexit e eleição nos Estados Unidos. Em investimentos no exterior, apesar da performance positiva das bolsas na Europa e EUA, o segmento de investimentos no exterior foi prejudicado pela variação cambial negativa causada basicamente por fatores políticos.

Abaixo você pode analisar o impacto nas rentabilidades dos perfis de investimento da Previp no ano de 2016, comparado a alguns índices de mercado:





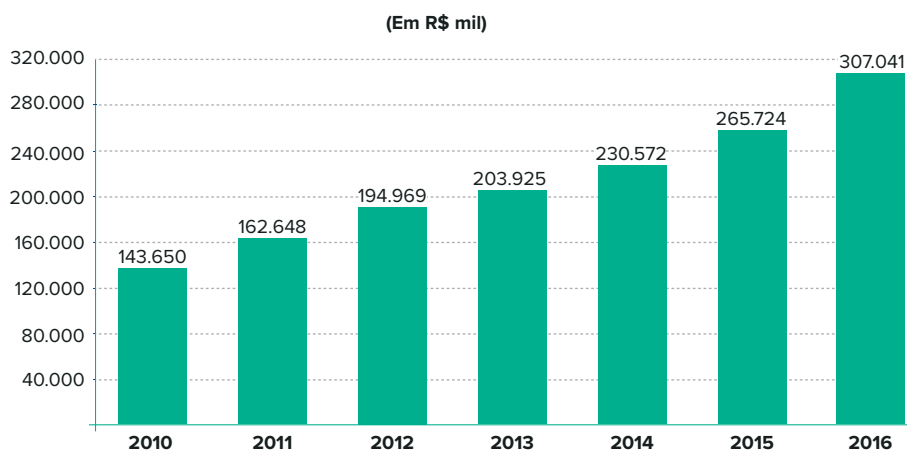
Alocação por Segmento de Aplicação



Política de Investimentos

Perfis	Renda Fixa	Renda Variável
Superconservador	100,00%	-
Conservador	92,00 a 99,00%	1,00 a 8,00%
Moderado	77,00 a 93,00%	7,00 a 23,00%
Agressivo	50,00 a 70,00%	30,00 a 50,00%

Patrimônio Total do Plano





Alocação dos Ativos

Carteira Ativa				
Segmentos	Dezembro/2016		Dezembro/2015	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	194.447.326,90	91,29%	162.273.316,78	91,35%
Renda Variável	7.148.625,77	3,36%	5.302.200,89	2,98%
Empréstimos	11.392.053,44	5,35%	10.067.826,93	5,67%
Total	212.988.006,11	100,00%	177.643.344,60	100,00%

Carteira Imunizada				
Segmento	Dezembro/2016		Dezembro/2015	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	94.053.454,14	100,00%	88.079.812,18	100,00%
Total Geral	307.041.460,25		265.723.156,78	

Alocação por Gestor

Carteira Ativa		
Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	103.819.221,33	48,74%
Western	97.776.731,34	45,91%
Gestão Própria	11.392.053,44	5,35%
Total	212.988.006,11	100,00%

Carteira Imunizada		
Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	94.053.454,14	100,00%



Participação em Ativos

Fundos de Investimento

Renda Fixa	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001-00	26.154.1024,81
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001-28	47.513.786,86
BRADESCO FI Renda Fixa Referenciado DI Federal II	10.601.349/0001-32	6.247.864,59
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001-44	31.747.479,00
BRADESCO Institucional FI Renda Fixa IRF-M	18.085.876/0001-43	2.419.778,14
WESTERN Asset Inflation II RF FI	05.092.294/0001-42	4.305.862,24
WESTERN Asset Prev Fix Target RF FI	07.892.298/0001-30	1.864.219,23
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa Credito Privado	07.894.727/0001-09	9.882.862,24
WESTERN Asset Prev Inflation Total RF FI	07.895.034/0001-30	6.597.634,56
WESTERN Asset Prev Inflation Limited RF FI	07.895.082/0001-29	446.189,81
WESTERN Asset Prev Inflation Plus RF FI	07.895.087/0001-51	755.742,65
WESTERN Asset Prev Invest RF Credito Privado FI	07.897.902/0001-11	825.094,50
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI RF	09.087.314/0001-48	1.174.912,03
WESTERN Asset Prev Credit FI RF Credito	09.087.708/0001-04	36.729.696,29
WESTERN Asset Prev Str Cred FI RF Credito Privado	12.029.811/0001-02	2.414.587,82
WESTERN Asset Sovereign IV Selic REF FI	15.477.891/0001-49	28.274.931,97
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	22.773.440/0001-14	564.514,70
WESTERN Asset FIC Multimercado	23.872.691/0001-19	183.819,70
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.753/0001-92	62.789,93
Total		208.165.869,07

Renda Variável	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FIC Ações Institucional IBRX Alpha	14.099.976/0001-78	2.736.409,46
BRADESCO Institucional FIA BDR Nivel I	21.321.454/0001-34	718.342,92
WESTERN Asset Prev IBRX Ativo Acoes FI	05.092.264/0001-36	2.883.346,34
WESTERN Asset FI Ações BDR Nivel I	19.831.126/0001-36	810.527,05
Total		7.148.625,77
Total Fundos de Investimentos		215.314.494,84
Total Títulos Públicos		80.334.911,97
Total Geral		295.649.406,81



Auditoria de Gestão

Nome	CNPJ	Responsável
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Zenko Nakassato

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome	Telefone	E-mail
Leandro da Silva Leme	(19) 3861 8809	leandro.leme@ipaper.com

Custos com a Administração do Plano

Investimentos	Previdencial	Auditoria	Despesas Gerais	Tributos	Total
716.951,48	835.115,54	60.620,50	43.110,05	116.991,58	1.772.789,15





Faixa de Alocação entre os Segmentos de Aplicação

Segmento de Aplicação	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Lim. Min. (%)	Lim. Máx (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Máx (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Máx (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Máx (%)
Renda Fixa (A)	100	100	77	99	77	93	50	70
Inv. Estruturados (B)	-	-	0	1	0	2,5	0	5
(A) + (B)	100	100	77	99	77	93	50	70
Renda Variável (C)	-	-	1	5	6	16	21	35
Inv. no Exterior (D)	-	-	0	3	1	7	9	15
(C) + (D)	-	-	1	8	7	23	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Considerações

Os recursos de cada participante serão alocados em apenas um dos perfis de investimentos disponibilizados.

A alocação no segmento de Investimentos Estruturados, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de Renda Fixa, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Fixa e Investimentos Estruturados não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Fixa.

A alocação no segmento de Investimento no Exterior, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda variável, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Variável e Investimentos no Exterior não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Variável.

Objetivos e Diretrizes da Gestão

Carteira Segregada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia estão alocados em uma carteira dedicada à gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.



Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia. Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel.

Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 5,5% a.a.). A PrevIP acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

As metas de gestão estabelecidas foram a taxa mínima atuarial para o longo prazo e os benchmarks de cada segmento no curto prazo. O risco da carteira de **Renda Fixa** será medido pelo benchmark VaR, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível máximo aceitável é de 1%, sendo que os benchmarks definidos foram: o Perfil Superconservador **CDI**, para o Perfil Conservador **50% IMA-G + 50% IMA-S**, para o Perfil Moderado **70% IMA-G + 30% IMA-S**, enquanto para o Perfil Agressivo o **IMA-G** (IMA Geral - índice composto por carteiras teóricas de títulos públicos e federais, separadas de acordo com seus indexadores e prazos, de maneira a atender às necessidades de diversos tipos de investidores). Este índice é composto por títulos de longo prazo, por isso é indicado para alocação dos investimentos destinados aos fundos de pensão.

Para **Investimentos Estruturados**, o benchmark definido foi o **CDI**. A volatilidade do segmento, entendida como desvio-padrão, calculada com base na rentabilidade dos últimos 252 dias úteis, não poderá exceder 3,0% ao dia.

Para **Renda Variável** que compõe os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo o limite de risco definido foi um benchmark VaR de 5% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o benchmark **IBrX**.

Para **Investimentos no Exterior** que compõem os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo, aceita-se um Tracking Error de 2,0% ao dia em relação ao benchmark, calculado com base nas rentabilidades diárias dos últimos 252 dias úteis, sendo o benchmark **MSCI WORLD INDEX em Reais** (índice de referencia que contempla 23 países de mercados desenvolvidos). Ele é mantido pela MSCI Inc., anteriormente Morgan Stanley Capital International, e é usado como um ponto de referência comum para fundos globais.

Para os **Empréstimos** que compõe o Perfil Conservador, o benchmark é o **CDI**.



Critérios de Contratação dos Administradores dos Investimentos

A gestão dos recursos é totalmente terceirizada. A decisão de terceirizar toda a gestão foi tomada em função do alto grau de especialização das instituições financeiras do mercado, resultando em maior possibilidade de obtenção de retornos adequados dos investimentos.

A escolha das instituições financeiras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil;
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços;
- Estrutura organizacional e processos de gestão;
- Recursos de pesquisa (“research”);
- Sistemas de comitês e processos de decisão;
- Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (Banco Central e CVM) e por outros participantes (Bolsas e Centrais de Liquidação) sejam rigorosamente cumpridas (“compliance”);
- Resultados históricos em termos de Retornos/Riscos (“track record”);
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas;
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários;
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros;
- Classificação da unidade administradora de recursos (“rating”);
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais.

A política entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, podendo ser revista a qualquer momento pela PrevIP dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Sociedade, e comunicada por escrito às Instituições Financeiras administradoras dos recursos da entidade e os participantes do Plano.



Balanço Patrimonial (R\$ mil)
Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
Disponível	2.080	49	Exigível Operacional	201	183
Realizável	307.087	265.745	Gestão Previdencial	-	7
Gestão Previdencial	36	8	Gestão Administrativa	201	176
Gestão Administrativa	10	13	Patrimônio Social	308.966	265.611
Investimentos	307.041	265.724	Patrimônio de Cobertura do Plano	308.224	265.084
Títulos Públicos	80.335	75.857	Provisões Matemáticas	292.290	250.988
Fundos de Investimentos	215.314	179.799	Benefícios Concedidos	97.548	85.074
Empréstimos e Financiamentos	11.392	10.068	Benefícios a Conceder	194.742	165.915
			Equilíbrio Técnico	15.934	14.096
			Resultados Realizados	15.934	14.096
			Superávit Técnico Acumulado	15.934	14.096
			Fundos	742	527
			Fundos Previdenciais	268	282
			Fundos Administrativos	474	245
Total do Ativo	309.167	265.794	Total do Passivo	309.167	265.794

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (R\$ mil)
Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

Descri�o	2016	2015	Varia�o(%)
A) Patrimônio Social - In�cio do exercício	265.611	231.227	14,87%
1. Adi�o�es	59.706	46.713	27,81%
(+) Contribuições Previdenciais	16.393	15.031	9,06%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.311	30.064	37,41%
(+) Receitas Administrativas	1.952	1.599	22,08%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	50	19	163,16%
2. Destinações	(16.351)	(12.329)	32,62%
(-) Benefícios	(14.578)	(10.786)	35,16%
(-) Despesas Administrativas	(1.773)	(1.543)	14,91%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	43.355	34.384	26,09%
(+/-) Provisões Matemáticas	41.302	32.348	27,68%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.838	1.908	(3,67%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(14)	53	(126,42%)
(+/-) Fundos Administrativos	229	75	205,33%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4)	308.966	265.611	16,32%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (R\$ mil) Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	2016	2015	Variação(%)
A) Ativo Líquido - In��cio do exercício	265.366	231.057	14,85%
1. Adições	58.986	46.159	27,79%
(+) Contribuições	17.675	16.095	9,82%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.311	30.064	37,41%
2. Destinações	(15.860)	(11.850)	33,84%
(-) Benefícios	(14.578)	(10.786)	35,16%
(-) Custeio Administrativo	(1.282)	(1.064)	20,49%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	43.126	34.309	25,70%
(+/-) Provisões Matemáticas	41.302	32.348	27,68%
(+/-) Fundos Previdenciais	(14)	53	(126,42%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.838	1.908	(3,67%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3 + 4)	308.492	265.366	16,25%
C) Fundos não Previdenciais	229	245	205,33%
(+/-) Fundos Administrativos	229	245	205,33%

Demonstração do Ativo Líquido (R\$ mil) Apresenta a parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios do Plano

Descrição	2016	2015	Variação(%)
1. Ativos	309.078	265.678	16,34%
Disponível	2.073	49	4.130,61%
Receb��vel	517	293	76,45%
Investimento	306.488	265.336	15,51%
Títulos Públicos	80.335	75.857	5,90%
Fundos de Investimento	214.761	179.411	19,70%
Empréstimos	11.392	10.068	13,15%
2. Obrigações	112	67	67,16%
Operacional	112	67	67,16%
3. Fundos não Previdenciais	474	245	93,47%
Fundos Administrativos	474	245	93,47%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	308.492	265.366	16,25%
Provisões Matemáticas	292.290	250.988	16,46%
Superávit/Déficit Técnico	15.934	14.096	13,04%
Fundos Previdenciais	268	282	(4,96%)

Informações Complementares

Descrição	2016	2015	Variação(%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	18.770	16.889	11,14%
a) Equilíbrio Técnico	15.934	14.096	13,04%
b) Ajuste de Precificação	2.836	2.793	1,54%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	18.770	16.889	11,14%



Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (R\$ mil)
Representam a totalidade dos compromissos do plano de benefício previdencial

Descrição	2016	2015	Variação(%)
Provisões Técnicas	308.604	265.433	16,26%
1. Provisões Matemáticas	292.290	250.988	16,46%
1.1. Benefícios Concedidos	97.548	85.074	14,66%
Contribuição Definida	28.810	21.486	34,09%
Benefício Definido	68.738	63.588	8,10%
1.2. Benefício a Conceder	194.742	165.914	17,38%
Contribuição Definida	185.360	155.523	19,18%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	81.976	68.952	18,89%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	103.384	86.571	19,42%
Benefício Definido	9.382	10.391	(9,71%)
2. Equilíbrio Técnico	15.934	14.096	13,04%
2.1. Resultados Realizados	15.934	14.096	13,04%
Superávit Técnico Acumulado	15.934	14.096	13,04%
Reserva de Contingência	15.934	14.096	13,04%
3. Fundos	268	282	(4,96%)
3.1. Fundos Previdenciais	268	282	(4,96%)
4. Exigível Operacional	112	67	67,16%
4.1. Gestão Previdencial	6	47	(87,23%)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	106	20	430,00%
5. Exigível Contingencial	-	-	-



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (R\$ mil)
Registra as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade

Descrição	2016	2015	Variação(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	245	170	44,12%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.002	1.618	23,73%
1.1. Receitas	2.002	1.618	23,73%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.282	1.063	20,60%
Custeio Administrativo dos Investimentos	669	533	25,52%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	50	19	163,16%
Outras Receitas	1	3	(66,67%)
2. Despesas Administrativas	1.773	1.543	14,91%
2.1. Administração Previdencial	1.024	885	15,71%
2.1.2. Despesas Específicas	1.024	885	15,71%
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	-	100,00%
Serviços de Terceiros	895	776	15,34%
Despesas Gerais	43	33	30,30%
Tributos	85	76	11,84%
2.2. Administração dos Investimentos	748	654	14,37%
2.2.1. Despesas Comuns	-	-	-
2.2.2. Despesas Específicas	748	654	14,37%
Serviços de Terceiros	712	627	13,56%
Despesas Gerais	4	4	0%
Tributos	32	23	39,13%
2.3. Outras Despesas	1	4	(75,00%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	229	75	205,33%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	229	75	205,33%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	474	245	93,47%

1 - Contexto Operacional

A PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar (“PrevIP” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social – MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

O objetivo da Entidade é instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social aos empregados das patrocinadoras ou a seus beneficiários, na forma da legislação vigente e nos termos do Regulamento do Plano PrevIP, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- International Paper do Brasil Ltda.
- International Paper - Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda.
- International Paper Agroflorestal Ltda.
- International Paper Exportadora Ltda.
- International Paper Embalagens Industriais Ltda. ⁽¹⁾
- International Paper Embalagens da Amazônia Ltda. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Incorporação da empresa Orsa International Paper Embalagens Ltda., pela International Paper Embalagens Industriais Ltda., Patrocinadora do Plano PrevIP, a qual, ato contínuo, foi incorporada pela Patrocinadora Principal, a International Paper do Brasil Ltda.

Importante destacar que, com a operação societária de incorporação, ocorreu a extinção formal da personalidade jurídica da International Paper Embalagens Industriais Ltda, tendo a International Paper do Brasil Ltda. assumido a totalidade dos direitos e obrigações da empresa, incluindo aqueles decorrentes do convênio de adesão anteriormente celebrado com a PrevIP.

A Entidade promoveu a adesão da International Paper Embalagens da Amazônia Ltda. ao Plano de Aposentadoria PrevIP.

A população da entidade apresentava as seguintes faixas de idades segregadas por Sexo/Idade em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Quantidade					
	Participantes		Assistidos (Aposentados)		Assistidos (Beneficiários de Pensão)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Até 24 anos	60	202	-	-	-	-
De 25 a 34 anos	285	1.165	-	-	-	-
De 35 a 54 anos	279	1.878	-	-	-	-
De 55 a 64 anos	9	168	9	105	3	-
De 65 a 74 anos	1	11	1	53	4	-
De 75 a 84 anos	-	2	-	5	1	-
Mais de 85 anos	-	-	-	-	-	-
Total	634	3.426	10	163	8	-

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar foram concluídas em 22 de março de 2017, considerando o pressuposto de continuidade operacional da Entidade e dos planos de benefícios e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 (alterada em alguns itens pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, nº 16, de 19 de novembro de 2014, e nº 20, de 18 de junho de 2015), Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 (alterada pelas Instruções MPS/PREVIC nº 01, de 22 de março de 2011, nº 05, de 08 de setembro de 2011, nº 06, de 13 de novembro de 2013, nº 15, de 12 de novembro de 2014, nº 21, de 23 de março de 2015 e nº 25, de 17 de dezembro de 2015) e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de

longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e (alterações posteriores), as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado - BP;
- Demonstração da Muta     do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- Demonstr     da Muta     do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL;⁽¹⁾
- Demonstr     do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- Demonstr     do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- Demonstr     do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA;
- Demonstr     das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

⁽¹⁾ Em 17 de dezembro de 2015, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução n   25, alterou a Instrução MPS/SPC n   34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. Foi promovida a seguinte alteração: (i) Demonstr     da Muta     do Ativo Líquido (DMAL), foram inseridas informações do referido valor em adições, destinações e acréscimos para os “resultados a realizar”. Os valores de 2015 contidos nos quadros “DMAL - Demonstr     da Muta     do Ativo Líquido por Plano de Benefícios”, no item “C) Fundos não previdenciais” foram ajustados para apresentar de forma correta a comparação e os efeitos de 2016.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2015.



3 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados (Benefício Proporcional Diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos contratados pela PrevIP e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação (inclusive aqueles aplicados por fundos de investimentos), provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Uma diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas demonstrações contábeis não representa necessariamente uma distorção nas demonstrações contábeis. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e (alterações posteriores), os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As receitas administrativas da PreviP são debitadas em conformidade com o plano de custeio vigente.

A Entidade também poderá constituir fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PreviP, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais, conforme a Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 (e alterações posteriores), sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre os valores das parcelas vencidas.

f) Realizável

• Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativo às contribuições das patrocinadoras, dos participantes e os depósitos judiciais/recursais da Gestão Previdencial, quando houver.

• Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da Gestão Administrativa, quando houver.

• Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

Títulos Públicos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 alterada pela Resolução do CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- ***Títulos para negociação*** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício (DMPS e DMAL).

- ***Títulos mantidos até o vencimento*** - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, reconhecidos na DMPS e DMAL.

Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras, divulgadas pelo administrador.

Empréstimos a Participantes

Os empréstimos estão demonstrados pelos valores originais das concessões por meio de instrumento particular, e atualizados com base na taxa de remuneração contratada.

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

4 - Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2016	2015
Banco Bradesco S.A.	-	3
Banco Santander S.A.	13	42
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	2.067	4
	2.080	49

5 - Realizável - Gestão Previdencial

Registra os valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais.

a) Contribuições do Mês

Refere-se a valores de contribuições previdenciais mensais, normais e extraordinárias, devidas pelos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

	2016	2015
Autopatrocinados	36	8

6 - Realizável - Gestão Administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

a) Contribuições para Custeio

Refere-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e BPD's, previstas na avaliação atuarial.

	2016	2015
Autopatrocinados	4	1
Participante BPD	-	1
	4	2

b) Despesas Antecipadas

Refere-se a valores de despesas pagos antecipadamente com sua amortização mensal.

	2016	2015
Abrapp	3	2

c) Outros Realizáveis

Refere-se a créditos junto à Receita Federal do Brasil, que poderão ser utilizados para compensar valores de tributos a recolher.

	2016	2015
Créditos da Receita Federal	3	9

7 - Realizável - Investimentos

Composição da Carteira

	2016	2015
Investimentos	307.041	265.724
Títulos Públicos Federais	80.335	75.857
Notas do Tesouro Nacional	80.335	75.857
Fundos de Investimento	215.314	179.799
Referenciado ⁽²⁾	6.248	19.411
Renda Fixa	175.764	125.460
Ações	5.620	3.943
Multimercado	26.154	29.626
Exterior	1.528	1.359
Empréstimos e Financiamentos⁽¹⁾	11.392	10.068
Empréstimos	11.392	10.068

⁽¹⁾ A PrevIP possui empréstimos, mas não possui valores vencidos passíveis de constituição de provisão.

⁽²⁾ O Fundo Western Asset Sovereign IV Selic Referenciado Fundo de Investimento teve sua reclassificação para Fundo de Renda Fixa em 26 de abril de 2016, e assim sua nova Razão Social Western Asset Sovereign IV Selic Renda Fixa Referenciado Fundo de Investimento.

Os títulos públicos estão registrados e custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os serviços de administração e gestão da carteira própria e custódia das cotas dos fundos de investimentos são prestados pelo BRAM – Bradesco Asset Management e Western Asset Management Company DTVM Ltda.

Composição por Prazo de Vencimento – Títulos para Negociação

Descrição	Vencimento	2016		2015	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil
Fundos de Investimentos		215.314	215.314	179.799	179.799
Referenciado		6.248	6.248	-	-
BRAM Fundo de Investimento DI FED II	Sem Vencido	6.248	6.248	-	-
Renda Fixa		175.764	175.764	144.871	144.871
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA Geral	Sem Vencido	31.747	31.747	29.603	29.603
BRAM Fundo de Investimento RF TARGET	Sem Vencido	47.513	47.513	46.341	46.341
BRAM Inst FI RF IRFM	Sem Vencido	2.420	2.420	-	-
Western Asset Sovereign IV Selic RF Referenciado Fundo de Investimento	Sem Vencido	28.275	28.275	19.411	19.411
Western Asset Prev Inflação Implícita Fundo de Investimento RF	Sem Vencido	1.175	1.175	31	31
Western Asset Prev Fix Target RF Fundo de Investimento	Sem Vencido	1.864	1.864	8.016	8.016
Western Asset Prev Credit RF Fundo de investimento CP	Sem Vencido	36.730	36.730	26.387	26.387
Western Asset Prev Invest RF CP Fundo de Investimento	Sem Vencido	825	825	245	245
Western Asset Prev Fix Fundo de Investimento RF	Sem Vencido	9.883	9.883	6.512	6.512
Western Asset Prev Inflation Total RF Fundo de Investimento	Sem Vencido	6.598	6.598	4.209	4.209
Western Asset Prev Structured Credit Fundo de Investimento RF CP	Sem Vencido	2.414	2.414	2.069	2.069
Western Asset Prev Inflat Limited RF Fundo de Investimento	Sem Vencido	446	446	389	389
Western Asset Prev Inflat Plus RF Fundo de Investimento	Sem Vencido	756	756	581	581

Descrição	Vencimento	2016		2015	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil
Western Asset Prev Investimento CP Priv FI	Sem Vencimento	-	-	1.037	1.037
Western Asset Prev Inflav II RF Fundo de Investimento	Sem Vencimento	4.306	4.306	40	40
Western Asset Fundo de Investimento RF CP	Sem Vencimento	565	565	-	-
Western Asset Fundo de Investimento Multimercado	Sem Vencimento	184	184	-	-
Western Asset Fundo de Investimento RF CP	Sem Vencimento	63	63	-	-
Ações		7.148	7.148	5.302	5.302
Bradesco Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I	Sem Vencimento	718	718	693	693
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Institucional IBRX	Sem Vencimento	2.736	2.736	2.382	2.382
Western Asset Prev IBRX Ativo Ações Fundo de Investimento	Sem Vencimento	2.883	2.883	1.561	1.561
Western Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I	Sem Vencimento	811	811	666	666
Multimercado		26.154	26.154	29.626	29.626
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Plus	Sem Vencimento	26.154	26.154	28.971	28.971
Western Asset Multimercado Institucional Fundo de Investimento	Sem Vencimento	-	-	655	655

Os títulos de renda fixa são avaliados a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor. A principal fonte de precificação é a ANBIMA.

Composição por Prazo de Vencimento – Títulos Mantidos até o Vencimento

Descrição	Vencimento	2016		2015	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado/Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/Contábil
Títulos Públicos Federais		82.153	80.335	66.814	75.857
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2016	-	-	482	483
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2017	839	840	784	789
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2018	620	619	569	581
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2019	1.249	1.243	1.130	1.165
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2020	2.361	2.339	2.109	2.192
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2022	830	821	727	769
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2023	1.642	1.618	1.423	1.516
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2024	9.445	9.259	8.110	8.676
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2030	28.426	27.856	23.122	26.145
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2040	26.685	25.859	20.632	24.268
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2050	10.056	9.881	7.726	9.273

Gerenciamento de Risco

O controle de riscos é um processo contínuo, e não algo pontual e estático que possa ser resumido em controles unicamente quantitativos.

O Capítulo III da Resolução CMN nº 3.792 estabelece a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas EFPC.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela Entidade, sendo segregados em risco de mercado, de crédito, de liquidez, de gestão, legal, operacional, atuarial e sistêmico.

8 - Exigível Operacional

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

Gestão Previdencial

	2016	2015
	-	7
Benefícios a Pagar	-	4
Resgates	-	4
Outras Exigibilidades⁽¹⁾	-	3
Contribuição Recebida a Maior	-	3

⁽¹⁾ Outras Exigibilidades - Refere-se a contribuições recebidas a maior de autopatrocinados.

Gestão Administrativa

	2016	2015
	201	176
Prestadores de Serviços	182	162
Gestores de Investimentos	44	36
Consultorias e Auditorias	138	126
Impostos, Taxas e Contribuições	6	5
Gestores de Investimentos	6	5
Retenções a Recolher	3	2
Imposto de Renda s/ Serviços de Terceiros	2	1
PIS/COFINS e CSLL s/ Serviços de Terceiros	1	1
Tributos a Recolher	10	7
PIS e COFINS s/ Custeio Administrativo	10	7

9 - Transações entre Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade, e não prevê remuneração à estes membros. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamentos de benefícios).

10 - Contingências Ativas e Passivas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existem contingências ativas e passivas demonstradas no balanço da PreviP.

11 - Alocação das Despesas Administrativas

As despesas administrativas são alocadas exclusiva e diretamente na gestão que originaram sem nenhuma forma de rateio.



12 - Provisões Matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2016 pode ser resumida como segue:

	1º de Janeiro de 2016	Constituição/ Reversão	31 Dezembro de 2016
Provisões Matemáticas	250.988	41.302	292.290
Benefícios Concedidos	85.074	12.474	97.548
Contribuição Definida	21.486	7.324	28.810
Saldo de Contas dos Assistidos	21.486	7.324	28.810
Benef. Definido Estruturado em Regime de Capitalização	63.588	5.150	68.738
Valor Atual dos Benef. Futuros Progr. - Assistidos	60.286	4.980	65.266
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Progr. - Assistidos	3.302	170	3.472
Benefícios a Conceder	165.914	28.828	194.742
Contribuição Definida	155.523	29.837	185.360
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	68.952	13.024	81.976
Saldo de Contas - Parcela Participantes	86.571	16.813	103.384
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Capital. Progr.	10.391	(1.009)	9.382
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	10.391	(1.009)	9.382

13 - Equilíbrio Técnico

O resultado previdencial apurado nos exercícios de 2016 e 2015 está apresentado a seguir:

	2016	2015
Equilíbrio Técnico	15.934	14.096
Resultados Realizados	15.934	14.096
Superávit Técnico Acumulado	15.934	14.096
Reserva de Contingência	15.934	14.096

O resultado do Plano em 31 de dezembro de 2016, relativamente à parcela de Benefício Definido relativo às rendas vitalícias, manteve sua situação superavitária, com aumento do valor do superávit em comparação à avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

O principal fator que levou ao aumento do superávit em 31 de dezembro de 2016 foi a rentabilidade auferida no exercício de 2016 de 13,11% ter sido superior a meta atuarial (INPC + 5,5%) de 12,44% para 2016.

O superávit apresentado em 31 de dezembro de 2016 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2015, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,63 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31 de Dezembro de 2016.

Ajuste de Precificação

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano PreviP mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela PreviP que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

O valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,5% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O valor do ajuste de precificação utilizado para o Plano PreviP em 31 de dezembro de 2016 foi positivo de R\$ 2.836.

14 - Fundos

Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial é calculado atuarialmente e sua composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está apresentada a seguir:

	2016	2015
Fundos Previdenciais	268	282
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	268	282

O Fundo Previdencial é composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esse Fundo tem por finalidade maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado, pelas patrocinadoras para financiar as contribuições devidas no exercício de 2017, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos. O montante deste Fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 474 (2015 – R\$ 245).

15 - Hipóteses e Métodos Atuariais

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

	2016	2015
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5.5% a.a.	5.5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽²⁾	não aplicável	não aplicável
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS	não aplicável	não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	não aplicável	não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	não aplicável	não aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	não aplicável	não aplicável
Entrada de Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício

⁽¹⁾ Para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplica na apuração das provisões matemáticas do Plano, sendo utilizada apenas no acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano.

⁽³⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

⁽⁴⁾ As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não se aplicam na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Informamos que, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

O método atuarial adotado para a avaliação é o de capitalização individual, exceto os benefícios de renda mensal vitalícia, que foram avaliados pelo método agregado.

16 - Rentabilidade no Exercício

A Entidade possui seus investimentos em quatro perfis denominados “Superconservador”, “Conservador”, “Moderado” e “Agressivo” permitindo a opção conforme o nível de tolerância a risco de cada um dos seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2016, a rentabilidade de cada perfil apresenta o seguinte resultado:

Perfil	Valor da Quota	Rentabilidade Exercício 2016 (%)	Rentabilidade Exercício 2015 (%)
Superconservador	25,52754771	14,87%	13,12%
Conservador	24,25768003	18,13%	10,07%
Moderado	23,26364508	19,60%	7,10%
Agressivo	21,19092236	18,76%	2,34%

17 - Recolhimento de Tributos

Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

PIS e COFINS

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente sobre as receitas administrativas conforme Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1285, de 13 de agosto de 2012 (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

18 - Apresentação dos Efeitos da Consolidação

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Conta	2016	2015
Participação no Plano de Gestão Administrativa Plano PrevIP	474 474	245 245
Participação no Fundo Administrativo do PGA Plano PrevIP	474 474	245 245
Transferência entre Perfis Plano PrevIP	6 6	- -
Transferência entre Perfis Plano PrevIP	6 6	- -
Cobertura de Despesas Plano de Gestão Administrativa - PGA	106 106	- -
Cobertura de Despesas Plano PrevIP	106 106	- -

19 - Governança, Gestão e Controles Internos

A Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pela entidade, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. A PrevIP em consonância com as boas práticas de governança vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos.

20 - Outros Assuntos

Instrução Previc nº 25, de 17 de Dezembro de 2015

Altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, a qual estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdências complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.

Instrução Previc nº 26, de 11 de Março de 2016

Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para a execução da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências.

Instrução Previc nº 27, de 04 de Abril de 2016

Dispõe sobre os elementos mínimos que devem constar na Nota Técnica Atuarial de que trata o art. 18º, § 2º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e dá outras providências.

Instrução Previc nº 28, de 12 de Maio de 2016 e suas alterações

Estabelece procedimentos para certificação, habilitação e qualificação dos membros da diretoria-executiva, do conselho deliberativo, do conselho fiscal e dos demais profissionais de que trata a Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, e dá outras providências.

Instrução Previc nº 31, de 08 de Agosto de 2016

Dispõe sobre o cadastro e o envio de arquivos eletrônicos com informações de carteiras de fundos de investimentos.

Luis Fernando da Silva
Diretor Superintendente
CPF: 096.895.958-06

João Batista Borges Martins
Contador - CRC: 1 SO 256.001/O-2
CPF: 297.369.238-51

Parecer Atuarial

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano PrevIP, administrado pela PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31/12/2016.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.



Hipóteses Atuariais e Econômicas

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽²⁾	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do Plano	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários ⁽²⁾	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT-2000 Basic
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁴⁾	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

Observações:

⁽¹⁾ O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ As hipóteses de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das Provisões Matemáticas do Plano. Entretanto, para fins de acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano, são utilizados 1,50% a.a. e 0,98, respectivamente.

⁽³⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

⁽⁴⁾ As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na taxa real anual de juros e mortalidade, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual o benefício afetado pelas hipóteses adotadas é a renda mensal vitalícia.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano PrevIP encontram-se arquivadas na PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente ressalta-se que a taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer Human Resource Ltda, empresa contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram para



a taxa máxima de retorno real projetada de longo prazo, dos recursos garantidores do Plano PrevIP, de 5,59% a.a.

Conforme Portaria nº 186 de 28/04/2016, o intervalo permitido considerando a duração do passivo em 31 de dezembro de 2015 de 10,9 anos é de 4,34% a.a. a 6,60% a.a. com base nos resultados dos estudos supracitados e no intervalo previsto pela legislação, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da taxa real anual de juros de 5,5% a.a.. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,5% a.a. atende ao disposto na legislação para avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano PrevIP, exceto os benefícios de renda mensal vitalícia, que foram avaliados pelo método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas e nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PrevIP.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais e Administrativos fornecidos pela PrevIP, posicionados em 31/12/2016.

Descrição	R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL	308.965.619,73
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	308.223.341,55
PROVISÕES MATEMÁTICAS	292.289.624,74
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	97.547.949,74
Contribuição Definida	28.809.759,74
Saldo de Conta dos Assistidos	28.809.759,74
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	68.738.190,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	65.265.839,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	3.472.351,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER	194.741.675,00
Contribuição Definida	185.360.349,00
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	81.976.264,53
Saldo de Contas - Parcela Participantes	103.384.084,47
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	9.381.326,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	9.381.326,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
(-) Serviço Passado	-
(-) Patrocinador(es)	-
(-) Participantes	-
(-) Déficit Equacionado - Total	-
(-) Patrocinador(es) - Total	-
(-) Participantes - Total	-
(-) Assistidos - Total	-
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
(+/-) Patrocinador(es)	-



(+/-) Participantes	-
(+/-) Assistidos	-
EQUILÍBRIO TÉCNICO	15.933.716,81
RESULTADOS REALIZADOS	15.933.716,81
Superávit Técnico Acumulado	15.933.716,81
Reserva de Contingência	15.933.716,81
Reserva Especial para Revisão de Plano	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	-
RESULTADOS A REALIZAR	-
FUNDOS	742.278,18
FUNDOS PREVIDENCIAIS	267.902,51
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	267.902,51
REVISÃO DE PLANO	-
OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	474.375,67
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PrevIP vigente em 31/12/2016, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano PrevIP no exercício de 2016.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas, observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PrevIP avaliado, assim como os valores registrados nos saldos



das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PrevIP.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano PrevIP mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela PrevIP que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a Provisão Matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Variação do Resultado

O resultado do Plano em 31/12/2016, relativamente à parcela de Benefício Definido relativo às rendas vitalícias, manteve sua situação superavitária, com aumento do valor do superávit em comparação à avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

O principal fator que levou ao aumento do superávit em 31/12/2016 foi a rentabilidade auferida no exercício de 2016 de 13,11% ter sido superior a meta atuarial (INPC + 5,5%) de 12,44% para 2016.

Natureza do Resultado

O superávit apresentado em 31/12/2016 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2015, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,63 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2016.



Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 6.6 do Regulamento do Plano PrevIP, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado das Patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2017, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2017

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano PrevIP com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 7.2.1 e 7.2.4 do Regulamento do Plano:

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 4,06% da folha de salários de participação, sendo que a contribuição para cobertura das despesas administrativas do plano, equivale a 0,50% da folha de salários de participação.

As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa.

O Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (constituído com as contribuições da Patrocinadora, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano) poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2017, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.



Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,77% do salário, ou R\$ 6.640.786, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas em seu nome e em nome da Patrocinadora, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) na data efetiva de conversão do Plano e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/03/2017.

Conclusão

Certificamos que o Plano PreviP está superavitário em 31/12/2016. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

Silvio Lopes da Silva Junior
M.I.B.A. nº 1.103

Jaqueline Betônio
M.I.B.A. nº 2.535



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da PreviP - Sociedade de Previdência Complementar - São Paulo- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PreviP- Sociedade de Previdência Complementar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PreviP - Sociedade de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,



conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0



Parecer do Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 27 de Março do ano de 2017, às 15:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.





Parecer do Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 28 de Março do ano de 2017, às 10:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2016, e plano de custeio para o exercício de 2017;

b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.

Rod SP 340 | Km 171
Mogi Guaçu | Brasil

Conselho Deliberativo:

Armando Santiago

Rodrigo Davoli

Marcio Bertoldo

19 3861 8201

19 3861 8292

19 3861 8564

www.previp.com.br

Conselho Fiscal:

Denis Teixeira

Ana Ribeiro Silva

Luciana Huneke

Diretoria Executiva:

Luis Fernando da Silva

Leandro Leme

Monica Melo

Rafael Varlese

Administração:

Rafael Varlese

Claudinei Oliveira

Rita Lucas

INTERNATIONAL  PAPER



PREVIP

SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR